

FARMACOECONOMIA: UMA FERRAMENTA PARA A GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

Rafaela Regina Pacifico Dezen¹

Altamir Trevisan Dutra²

RESUMO

Pensando nas questões da Economia em Saúde, no cuidado aos usuários e no impacto que os medicamentos necessários na Atenção Básica geram na economia do país e nas despesas totais de saúde, existe a Farmacoeconomia, que envolve a aplicação da economia ao estudo dos medicamentos, otimizando os gastos financeiros sem prejuízo ao tratamento do paciente. Quais os estudos realizados sobre Farmacoeconomia publicados no Brasil entre os anos de 2015 e 2018? Para auxiliar na resolução desta questão, desenvolveu-se o seguinte objetivo: Selecionar e analisar os estudos desenvolvidos no Brasil sobre o tema Farmacoeconomia, publicadas no Brasil entre janeiro de 2015 a setembro de 2018. Observou-se que, mesmo com a relevância da temática, ainda existem poucos trabalhos atuais sobre esta. Para tanto, desenvolveu-se o debate entre o material encontrado na pesquisa com demais literaturas disponíveis.

Descritores: Atenção Básica. Economia da Saúde. Farmacoeconomia.

ABSTRACT

Thinking about the issues of health economics, care for users, and the impact that the necessary medicines in Primary care generate in the country's economy and in total health expenses, there is the Pharmacoeconomics, which involves applying the economy to the study of medicines optimizing financial expenses without prejudice to the treatment of the patient. What studies have been conducted on Pharmacoeconomics published in Brazil between the years of 2015 and 2018? To help solve this issue the following objective was developed: To select and analyze the studies developed in Brazil on the topic Pharmacoeconomics, published in Brazil between January 2015 and September 2018. It was observed that even of the relevance of the subject there are still few current works on this. For that, the debate was developed between the material found in the research with other available literature.

Descriptors: Basic Attention. Health Economics. Pharmacoeconomics.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da Saúde Pública na atualidade é o cuidado e atenção aos usuários com Doenças Crônicas Não Transmissíveis, especialmente, a

¹ Estudante do **CURSO DIRECIONADO DE ESPECIALIZAÇÃO UNIEDU/FUMDES EM SAÚDE PÚBLICA: ATENÇÃO BÁSICA**, bolsista UNIEDU/FUMDES, promovido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). *E-mail:* <rafasaude@hotmail.com>.

² Doutor em Saúde Coletiva (UNIFESP), professor na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). *E-mail:* <miridutra@unochapeco.edu.br>.

Diabetes Mellitus e a Hipertensão Arterial Sistêmica. O cuidado a estes usuários permeia a atuação multiprofissional e interdisciplinar na Atenção Básica, envolvendo e afetando diversos setores, especialmente, o que tange a Economia em Saúde (BRASIL, 2014).

A área da Economia da Saúde objetiva promover o uso racional, eficiente e responsável dos recursos públicos, envolvendo nisso vários profissionais da área da saúde. Assim, possibilita a criação de condições para que as ações e serviços de saúde sejam prestados de forma eficiente, equitativa, com qualidade, melhorando o acesso ao sistema, atendendo aos princípios da universalidade, igualdade e integralidade da atenção à saúde, conforme estabelecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2018).

Pensando nas questões da Economia em Saúde, no cuidado aos usuários e no impacto que os medicamentos necessários na Atenção Básica geram na economia do país e nas despesas totais de saúde, existe a Farmacoeconomia, que envolve a aplicação da economia ao estudo dos medicamentos, otimizando os gastos financeiros sem prejuízo ao tratamento do paciente (PACKEISER, 2014).

Atualmente, a morbimortalidade relacionada a medicamentos tornou-se uma questão de Saúde Pública, causando grande impacto na sociedade e no SUS, requerendo ações que possam prevenir e reduzir danos por meio de um melhor gerenciamento da terapia medicamentosa, afetando, assim, a Farmacoeconomia.

A Farmacoeconomia é entendida como a descrição, a análise e a comparação dos custos e das consequências das terapias medicamentosas para os pacientes, os sistemas de saúde e a sociedade, objetivando atender as necessidades medicamentosas dos pacientes, mas com o menor custo (VERGE, 2017).

A Farmacoeconomia é uma ferramenta básica que pode ser usada para aperfeiçoar o processo de tomada de decisão na alocação de fundos para programas de saúde, onde se faz a análise custo-benefício (VERGE, 2017).

Um dos elementos básicos da Economia em Saúde é aplicar medidas de racionalização, ou seja, a redução de custos com os medicamentos, entretanto, sem que estes gerem impactos negativos nos níveis de saúde, isto é, aumentar a

eficiência dos serviços sem que ocorram danos na eficácia e na efetividade (MEDICI, 2001; PEREIRA; AREDA; GREGO, 2007).

É sabido que as consequências farmacoeconômicas abalam diretamente o uso racional de medicamentos, visto que acarreta na adesão e continuidade do tratamento do paciente. Assim, estudos em Farmacoeconomia podem auxiliar a presumir mudanças econômicas e agregar valor à terapia medicamentosa de pacientes, validando o uso racional de medicamentos (PEREIRA; AREDA; GREGO, 2007).

A aplicabilidade de estudos farmacoeconômicos tornou-se uma ferramenta indispensável para valorizar a eficiência da gestão farmacêutica, auxiliando na percepção de custos e na avaliação dos efeitos das opções escolhidas (VERGE, 2017).

Entendendo, então, a relevância da temática Farmacoeconomia, questionou-se: Quais os estudos realizados sobre Farmacoeconomia publicados no Brasil entre os anos de 2015 e 2018?

Para auxiliar na resolução desta questão, desenvolveu-se o seguinte objetivo: Selecionar e analisar os estudos desenvolvidos no Brasil sobre o tema Farmacoeconomia, publicadas no Brasil entre janeiro de 2015 a setembro de 2018.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura (GANONG, 1987). As etapas serão conduzidas da seguinte forma: Identificação do tema e escolha da pergunta de pesquisa; Definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e seleção da amostra. Inclusão dos estudos selecionados em formato de tabela construída a partir do Microsoft Excel, organizados por ano; Avaliação dos estudos incluídos; Discussão e Análise dos resultados; Apresentação da Revisão no formato de manuscrito.

Como critérios de inclusão foram considerados: trabalhos publicados no formato de artigos científicos (artigos originais, revisões sistematizadas, relatos de experiências, ensaios teóricos, reflexões); trabalhos cujo objetivo geral e/ou

específicos referem-se explicitamente ao objeto de estudo; idiomas: português; período: 2015 a 2018.

Para critérios de exclusão, considerou-se: artigos que estão publicados em outros meios de comunicação que não sejam periódicos científicos; artigos do tipo: revisões bibliográficas não sistematizadas, cartas, resenhas, editoriais; publicações do tipo: livros; capítulos de livros; publicações governamentais; boletins informativos; teses; dissertações; monografias e trabalhos de conclusão de curso; estudos que não estão disponibilizados *on-line* no formato completo para análise; estudos duplicados.

A busca de artigos foi realizada através de pesquisa de artigos completos em português, no *site* da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Google Acadêmico usando a palavra/descriptores: “Farmacoeconomia” no período de 2015 a 2018.

O estudo foi separado em etapas, quais sejam: buscados os trabalhos apresentados na BVS e no Google acadêmico; realizada leitura individual dos títulos e resumos de todos os trabalhos encontrados; todos os estudos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão foram coletados no formato salvos em pasta específica do Microsoft Windows; foi realizada uma leitura flutuante dos artigos completos. Os estudos excluídos foram retirados da análise.

Para análise dos estudos foi realizada a leitura minuciosa dos trabalhos na íntegra, com o objetivo de constatar a aderência ao objetivo deste estudo. Para seguir as diretrizes da Revisão Integrativa, os achados foram organizados em uma tabela no Microsoft Word e analisados a partir itens relacionados. Dentro de cada item, as ideias foram agrupadas por similaridade.

RESULTADOS

A busca na BVS gerou um total de 39 artigos. Quando aplicados os filtros para inclusão, foram obtidos 11 artigos, destes, quando lidos e relacionados à temática, foram (re)filtrados com um total de quatro trabalhos a serem analisados. A busca realizada no Google Acadêmico resultou em 36 resultados que, ao serem submetidos aos critérios de inclusão e exclusão, resultaram em um trabalho analisado.

Tabela 1 – Artigos nas bases de dados pesquisadas de acordo com o cruzamento dos descritores

	BVS	Google acadêmico
Encontrados	39	36
Excluídos	28	36
Incluídos	11	0
Total de artigos analisados	2	0

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Depois da busca, os artigos foram separados, lidos e compuseram a tabela 2.

Tabela 2 – Apresentação da amostra coletada a partir do cruzamento dos descritores

Ano	Título	Periódico	Objetivo	Natureza da pesquisa	Resultados
2016	Medicalização e governo da vida e subjetividades: o mercado da saúde	Psicologia Social	Pensar criticamente sobre esse movimento chamado medicalização, com o levantamento e uma análise criteriosa da literatura pertinente. Problematizar por meio de uma abordagem histórica, baseada em Foucault, a emergência do biocapital e da bioeconomia, como táticas de normalização e normatização das condutas pela biocidadania; e no âmbito das leis que reivindicam o direito à saúde, como estratégia.	Revisão de literatura	Vale notar que a iatrogenia é resultado do uso de fármacos e de técnicas variadas de promoção, tratamento e diagnósticos, em nome da saúde. Os efeitos negativos do uso de tecnologias medicalizantes em nome da vida, do aumento de rendimento dos comportamentos e da disciplina dos corpos, operam com suas positivities, ao incitar a normalidade, agenciando-a simultaneamente aos efeitos colaterais da utilização desses mecanismos de poder e saber. O direito à saúde entrou no mercado da prevenção e gestão de riscos, pelo que tentamos afirmar, nestas linhas escritas de problematização da atualidade, em que

					os seus intoleráveis ganharam expressão máxima da indústria da segurança erigida ao extremo de produção da vida saudável e dopada como subjetividade contemporânea. Pudemos perceber os mais variados “terrenos” pelos quais pisa a medicalização.
2016	Análise de percentual econômico dos medicamentos adquiridos por via de ações judiciais	Jornal Brasileiro de Economia em Saúde	Avaliar o percentual econômico do processo de compra dos medicamentos por ação judicial do DRSII (Departamento Regional de Saúde) do estado de São Paulo.	Estudo descritivo	A maioria dos itens adquiridos foi da Atenção Básica de saúde (89,4%), evidenciando conhecimento das petições dos medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e seus Protocolos Clínicos. Considera-se que a análise do percentual econômico é um indicador de resultado importante porque contribui para avaliar a eficiência do processo de aquisição, identifica os municípios que mais ações peticionam, auxiliando na avaliação e atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e o desempenho da assistência farmacêutica municipal.

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Grande parte do material encontrado, especialmente no Google Acadêmico, foi desconsiderado da pesquisa, pois se tratavam de Trabalhos de Conclusão de Curso e/ou dissertações.

Os artigos selecionados na busca fazem parte da pesquisa na BVS, foram submetidos à leitura minuciosa a fim de compor a estrutura da presente revisão.

As questões éticas foram respeitadas, uma vez que o material utilizado é de domínio público, adequadamente referenciado.

Observou-se que ambas as publicações separadas para análise foram publicadas em 2016, uma na *Revista de Psicologia Social* e outro no *Jornal Brasileiro de Economia em Saúde*, em que o primeiro se trata de uma revisão de literatura e o segundo de um estudo de campo na forma de um estudo descritivo.

DISCUSSÃO

Observou-se, através deste estudo, que o número de publicações, na forma de artigos científicos, no período de 2015 a 2018, é escasso. Há algumas publicações na forma de monografias e dissertações, mas que não foram inicialmente inseridas porque não faziam parte dos critérios de inclusão.

Utilizou-se, então, o escasso material encontrado relacionando este com as demais literaturas existentes, desconsiderando nesta segunda busca o ano de publicação e o tipo de documento, incluindo também as monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso.

Um dos artigos encontrados através da busca na BVS tem como título “Medicalização e governo da vida e subjetividades: o mercado da saúde”, o qual publicado em 2016 pela revista *Psicologia Social*. Neste estudo, os autores abordam a medicalização e os efeitos que esta gera na população, falam que o acesso aos medicamentos está mais facilitado, que “para tudo existem medicamentos”, inclusive, grande parte deles oferecidos pelo Sistema de Saúde e que este acesso às medicações nem sempre é tão positivo (GALINDO *et al.*, 2016).

Outro estudo proveniente da pesquisa diz respeito à compra de medicações por via judicial, que é uma forma de prover acesso às medicações de maior valor através da Atenção Básica, de forma gratuita. Este foi publicado em 2016, no *Jornal*

Brasileiro de Economia em Saúde. Neste trabalho, os autores informam que entender quais são os medicamentos mais buscados por via judicial, especialmente via Atenção Básica, é importante economicamente e organizacionalmente falando, pois possibilita que sejam analisados o percentual e os tipos de medicamentos adquiridos. Isso possibilita que seja analisada a necessidade de inserir mais medicações na relação de medicamentos essenciais, o Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), contribuindo para a organização farmacêutica dos municípios, ou seja, a Farmacoeconomia (PICOLINI *et al.*, 2016).

Nesse sentido, observa-se que cada vez mais existe uma luta e busca incessante pela melhoria da oferta de medicações e do setor de farmácia e, em contrapartida, existe um esforço para a redução dos custos com a saúde e, desta forma, com os medicamentos (MELO; CASTRO, 2017).

Os medicamentos e os custos administrativos têm influenciado muito o crescimento dos gastos com a saúde, caracterizando entre 11% e 16% do total de gastos. Os medicamentos são uma das tecnologias mais importantes na área da saúde, utilizados para prevenção, promoção, diagnóstico e tratamento de enfermidades, e sua utilização inclui comercialização, distribuição, prescrição e uso (SANTANA; LUPATINI; LEITE, 2017).

Alguns fatores influenciam no aumento dos gastos com medicamentos no setor saúde, entre eles: fatores relacionados ao preço de compra, à utilização, à prescrição e à acessibilidade aos medicamentos e ao serviço de saúde (ROCHA, 2014).

Para ter um controle do uso de medicamentos e da relevância destes para a sociedade, existem Estudos da Utilização de Medicamento (EUM) que fornecem informações diversas sobre os medicamentos, como: oferta, consumo, valor terapêutico e propaganda. Estes estudos são importantes para formar uma consciência crítica entre os profissionais que prescrevem e que dispensam, bem como para quem consome. Sendo importante também para direcionar esforços para o uso racional dos medicamentos (ESHER; COUTINHO, 2017).

A saúde de uma população não depende apenas do serviço de saúde prestado ou das medicações utilizadas, existem vários determinantes para a saúde, mas é inegável que as medicações têm uma grande influência nisso. Para tanto, é

relevante a existência de uma política pública direcionada aos medicamentos. No caso do Brasil, existe a Política Nacional de Medicamentos (PNM) aprovada em 1998 (CARDOSO, 2014).

Juntamente com isto, inclui-se a Farmacoeconomia, que é uma importante ferramenta multidisciplinar para avaliação e suporte decisório em questões relacionadas a tecnologias farmacêuticas, objetivando estudar as condições de distribuição de medicamentos, assegurando que a população tenha uma melhor Assistência Farmacêutica (MELO; CASTRO, 2017).

Além disso, as questões de Economia em Saúde incluem um conhecimento econômico que tem por objetivo otimizar as ações em saúde, assegurando melhores condições de saúde à população e melhor assistência, tendo em vista os recursos disponíveis, ou seja, não é a intenção gastar menos, mas sim otimizar os recursos gastando melhor, oferecendo maiores benefícios sociais, em contrapartida, a menores custos sociais (SILVA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal (BRASIL, 1988, [s.p.]), em seu artigo 198, dispõe que: “O sistema de saúde será financiado com recursos de Orçamento de Seguridade Social (OSS), da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de outras fontes.”

Nesse sentido, foi determinado pelo SUS uma lista de medicamentos essenciais para poder satisfazer as necessidades da Atenção Básica. Estas medicações foram definidas de acordo com a sua relevância para a saúde pública, devendo ser seguros e custo-efetivos.

A Farmacoeconomia atua garantindo aspectos como este, bem como, analisando, avaliando e comparando medicamentos, gastos, benefícios e relevância destes para a sociedade, seja no setor público, seja no privado.

Observou-se neste estudo que existem números escassos de publicações relacionadas à temática Farmacoeconomia publicados no Brasil, em português, nos anos de 2015 e 2018. Obteve-se, através da busca na BVS e Google Acadêmico, apenas dois artigos que eram especificamente voltados ao tema.

Assim, entende-se que esta foi uma limitação apresentada pelo estudo, e sugere-se a necessidade e relevância da realização de mais estudos voltados à área, tendo em vista a relevância atual da temática e a importância da adequada gestão farmacoeconômica para o Sistema de Saúde.

Nesse sentido, para o Sistema de Saúde e os custos com o setor saúde, a Farmacoeconomia e os estudos farmacoeconômicos são de relevante importância, contribuindo para uma maior racionalização dos gastos com medicamentos e sua melhor utilização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

_____. Ministério da Saúde. Gestão do SUS. **Economia da Saúde no Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/economia-da-saude>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cr onica_cab35.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

CARDOSO, Raquel Vaz. **Medicalização e o Cuidado em Saúde na Estratégia de Saúde da Família**. 2014. 268 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva, Política e Gestão em Saúde) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/312682/1/Cardoso_RaquelVaz_M.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

ESHER, Angela; COUTINHO, Tiago. Uso racional de medicamentos, farmacoeconomia e usos do metilfenidato. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 2571-2580, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n8/1413-8123-csc-22-08-2571.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

GALINDO, Dolores Cristina Gomes et al. Medicalização e governo da vida e subjetividades: o mercado da saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 346-365, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/29164/20606>>. Acesso em: 16 maio 2018.

GANONG, Lawrence H. Integrative reviews of nursing research. **Research in Nursing & Health**, New York, v. 10, n. 11, p. 1-11. Feb. 1987. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/3644366>>. Acesso em: 10 maio 2018.

MEDICI, André Cezar. Hospitais universitários: passado, presente e futuro. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 149-156, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v47n2/a34v47n2.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

MELO, Daniela Oliveira de; CASTRO, Lia Lusitana Cardozo de. A contribuição do farmacêutico para a promoção do acesso e uso racional de medicamentos essenciais no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 235-244, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n1/1413-8123-csc-22-01-0235.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

PACKEISER, Priscila Becker. **Farmacoeconomia**: uma ferramenta para a gestão de gastos com medicamentos em hospitais públicos. 2014. 28 f. Monografia (Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11723/Packeiser_Priscila_Becker.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 maio 2018.

PEREIRA, Leonardo Régis Leira; AREDA, Camila Alves; GRECO, Karin Vicente. A Importância da Farmacoeconomia na Gestão Hospitalar. **Revista Racine**, São Paulo, v. 17, n. 101, p. 98-100, 2007.

PICOLINI, Vitória Marques et al. Análise de percentual econômico dos medicamentos adquiridos por via de ações judiciais. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 125-131, ago. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/308202227_Analise_de_percentual_economico_dos_medicamentos_adquiridos_por_via_de_acoes_judiciais>. Acesso em: 12 maio 2018.

ROCHA, Ana Leda Ribeiro. **Uso racional de medicamentos**. 2014. 50 f. Monografia (Especialização em Tecnologia Industrial Farmacêutica) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/11634/1/25.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SANTANA, Rafael Santos; LUPATINI, Evandro de Oliveira; LEITE, Silvana Nair. Registro e incorporação de tecnologias no SUS: barreiras de acesso a medicamentos para doenças da pobreza? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1417-1428, maio 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1417.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018.

SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. **Introdução à economia da saúde**. Fortaleza: UECE; Express, 2004. 152 p.

VERGE, Bruno Damasceno. Farmacoeconomia como estratégia para a gestão hospitalar. **Revista Especialize On-line**, Goiânia, ano 8, v. 1, n. 14, dez. 2017. Disponível em: <file:///home/ccgerencia/Downloads/bruno-vergne-917131619.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.